



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE
JOÃO PAULO II
PARA A CELEBRAÇÃO DO
XXVI DIA MUNDIAL DA PAZ

1º DE JANEIRO DE 1993

SE QUERES A PAZ, VAI AO ENCONTRO DOS POBRES

« *Se queres a paz...* »

1. Qual é a pessoa de boa vontade que não aspira pela paz? Esta é hoje reconhecida universalmente como um dos valores mais elevados a ser procurados e defendidos. Apesar disto, enquanto se vai dissipando o espectro de um conflito atroz entre blocos ideológicos opostos, graves conflitos locais continuam ateando-se em várias regiões da terra. Particularmente, salta à vista de todos a dramática situação actual da Bósnia-Herzegóvina, onde os acontecimentos bélicos continuam a ceifar cada dia novas vítimas, especialmente entre a população civil inerte, e a causar ingentes danos às coisas e ao território. Parece que nada consegue opor-se à violência insensata das armas: nem os esforços conjuntos a favor de uma trégua, nem a acção humanitária das Organizações Internacionais, nem as súplicas de paz que se elevam em coro daquelas terras ensanguentadas pelos combates. Infelizmente, a lógica aberrante da guerra prevalece sobre os reiterados e qualificados convites à paz.

Vai-se também afirmando no mundo, com uma gravidade sempre maior, *uma outra séria ameaça à paz*: muitas pessoas, mais, inteiras populações vivem hoje em *condições de extrema pobreza*. A disparidade entre ricos e pobres tornou-se mais evidente, mesmo nas regiões economicamente mais desenvolvidas. *Trata-se de um problema que se impõe à consciência da humanidade*, visto que as condições em que se encontra um grande número de pessoas são tais que ofendem sua dignidade natural e comprometem, conseqüentemente, o autêntico e harmónico progresso da comunidade mundial.

Esta realidade emerge em toda a sua gravidade em numerosos Países do mundo: tanto na Europa como na África, Ásia e América. Em várias regiões, muitos são os desafios sociais e económicos com que os crentes e homens de boa vontade se devem enfrentar. Pobreza e miséria, diferenças sociais e injustiças até às vezes legalizadas, conflitos fratricidas e regimes opressores interpelam a consciência de inteiras populações por toda a parte do mundo.

A recente Conferência do Episcopado Latino-americano, que teve lugar em Santo Domingo no passado mês de Outubro, debruçou-se com atenção sobre a situação da América Latina, e, ao repropor com grande urgência aos cristãos a *tarefa da nova evangelização*, convidou instantemente os fiéis e todos quantos amam a justiça e o bem a *servir a causa do homem*, sem descuidar nenhuma das suas exigências. Os Bispos lembraram a grande missão que deve congregiar os esforços de todos: defender a dignidade da pessoa, empenhar-se por uma equitativa distribuição dos bens, promover harmónica e solidariamente uma sociedade onde cada um se sinta acolhido e amado. Estes são, como se pode ver, os *pressupostos imprescindíveis para construir a verdadeira paz*.

De facto, dizer « paz », é dizer bem mais do que a simples ausência de guerra; é postular uma condição de autêntico respeito da dignidade e dos direitos de cada ser humano, de tal modo que lhe consinta realizar-se plenamente. A exploração dos mais fracos, as preocupantes faixas de miséria, as desigualdades sociais constituem outros tantos obstáculos e empecilhos para a consecução de condições estáveis de uma paz autêntica.

Pobreza e paz: no início de um novo ano, gostaria de convidar a todos para uma reflexão comum sobre as múltiplas conexões entre estas duas realidades.

De modo particular, gostaria de chamar a atenção para a ameaça à paz derivada da pobreza, sobretudo quando esta se transforma em miséria. São milhões as crianças, as mulheres e os homens que diariamente sofrem de fome, de insegurança, de marginalização. Tais situações constituem um grave insulto à dignidade humana e contribuem para a instabilidade social.

A escolha desumana da guerra

2. Actualmente existe uma outra situação, que é fonte de pobreza e de miséria: a guerra entre nações e os conflitos dentro de um mesmo país. Diante dos trágicos acontecimentos que ensanguentaram e ainda hoje ensanguentam, sobretudo por motivos étnicos, várias regiões do mundo, é necessário lembrar o que já disse na mensagem para o Dia da Paz de 1981, que tinha por tema: « Para servir a paz, respeita a liberdade » . Salientava então que o respeito pelas liberdades e pelos direitos dos outros indivíduos e colectividades, é o pressuposto indispensável para a edificação de uma paz verdadeira. A paz obtém-se promovendo povos livres num mundo de liberdade. Conserva, portanto, toda a sua actualidade o apelo que ali lançava: « O respeito pela liberdade dos povos e das nações é parte integrante da paz. As guerras não cessaram de eclodir e a destruição tem atingido inteiros povos e culturas, porque não foi respeitada a soberania de um povo ou de uma nação. Todos os continentes foram testemunhas e vítimas de guerras e de lutas fratricidas, provocadas pela tentativa de uma nação limitar a autonomia de outra » (n. 8).

E acrescentava ainda: « Sem uma vontade decidida de respeitar a liberdade de todos os povos, de todas as nações e de todas as culturas, e sem um consenso global a respeito disto mesmo, será difícil criar as condições da paz (...) Isto

supõe, da parte de cada nação e dos seus Governos, um compromisso consciente e público de renunciar às reivindicações e aos planos que possam constituir um atentado contra outras nações; por outras palavras, isto supõe a recusa de subscrever qualquer doutrina de supremacia nacional ou cultural » (*Ibid.* n. 9).

Facilmente se podem imaginar as consequências que derivam também de um tal compromisso para as relações económicas entre os Estados. Rejeitar qualquer tentação de domínio económico sobre as outras nações, significa renunciar a uma política inspirada prevalentemente no critério do lucro, para elaborar, ao invés, uma outra guiada pelo critério da solidariedade com todos, especialmente com os mais pobres.

Pobreza como fonte de conflito

3. É vastíssimo hoje o número das pessoas que vivem em condições de extrema pobreza. Penso, entre outras, nas situações dramáticas de *alguns países africanos, asiáticos e latino-americanos*. São grupos imensos, com frequência, faixas inteiras de populações que, nos seus próprios países, se vêem à margem da civilização: entre elas, há um número crescente de crianças que para sobreviver só podem contar consigo próprias. Semelhante situação não constitui somente uma ofensa à dignidade humana, mas representa também *uma inegável ameaça para a paz*. Um Estado, seja qual for a sua organização política e o seu sistema económico, permanece em si mesmo frágil e instável, se não demonstra uma contínua atenção pelos seus membros mais débeis, e não faz tudo o que pode para garantir solução pelo menos às suas necessidades mais elementares .

O direito ao desenvolvimento dos países mais pobres impõe aos países desenvolvidos um dever concreto de intervenção em sua ajuda. Assim se exprime o Concílio Vaticano II, a esse respeito: « Cabe a todos os homens o direito de ter uma parte de bens suficientes para si e suas famílias (...) Os homens têm obrigação de auxiliar os pobres e não apenas com os bens supérfluos (Const. past. *Gaudium et spes*, n. 69). Está clara a advertência da Igreja, eco fiel da voz de Cristo: os bens da terra são destinados a toda família humana e não podem ser reservados para uso exclusivo de poucos (Cf. Enc. *Centesimus annus*, nn. 31 e 37).

Assim sendo, no interesse da pessoa, e portanto da paz, é urgente incorporar nos mecanismos económicos aquelas correcções necessárias que lhes permitam garantir uma mais justa e equitativa distribuição dos bens. Para tanto, não basta o simples funcionamento do mercado; ocorre que a sociedade assuma as suas responsabilidades (Cf. *Centesimus annus*, n. 48), multiplicando os esforços, com frequência já significativos, para eliminar as causas da pobreza com suas trágicas consequências. Nenhum país pode conseguir sozinho realizar tal empresa. Por isso mesmo, é necessário trabalhar juntos, com a solidariedade requerida por um mundo que se tem tornado cada vez mais interdependente. Aceitando a permanência de situações de extrema pobreza, estabelecem-se as premissas para uma convivência social cada vez mais exposta à ameaça de violências e de conflitos.

Cada indivíduo e cada grupo social tem o direito de ser colocado em condições de suprir às necessidades pessoais e familiares e de participar na vida e no progresso da própria comunidade a que pertence. Quando este direito não é reconhecido, acontece facilmente que os interessados, sentindo-se vítimas de uma estrutura que não os acolhe, reagem com violência. Isto vale, em particular, no caso dos jovens, que, privados de uma adequada instrução e do acesso ao trabalho, ficam expostos em maior grau ao risco da marginalização e do abuso. É bem conhecido de todos o problema

do desemprego, especialmente dos jovens, no mundo inteiro, com o conseqüente empobrecimento de um número sempre maior de indivíduos e de famílias inteiras. O desemprego, com frequência, é ainda o trágico resultado da destruição das infra-estruturas económicas num País conturbado pela guerra ou por conflitos internos.

Queria evocar aqui brevemente alguns problemas particularmente preocupantes, que afligem os pobres e, por consequência, ameaçam a paz .

Antes de mais, o problema da *dívida externa*, que, para alguns países, e nestes para as faixas sociais mais pobres, continua a ser um fardo insuportável, não obstante os esforços realizados pela comunidade internacional, governos e instituições financeiras para aliviá-lo. Não são, por acaso, os sectores mais pobres destes países a ter que sustentar o maior peso do reembolso? Uma situação de injustiça como esta pode abrir caminho a um ressentimento crescente, a um sentido de frustração e até mesmo de desespero. Em muitos casos, os próprios governos compartilham o mal estar geral do seu povo, o que se repercute nas suas relações com os outros Estados. Talvez tenha chegado o momento de *examinar de novo, dando-lhe a devida prioridade, o problema da dívida externa*. As condições de reembolso total ou parcial terão de ser revistas, procurando soluções definitivas capazes de reabsorver plenamente as pesadas consequências sociais dos programas de ajustamento. Será preciso também agir sobre as causas do endividamento, unindo a concessão das ajudas à assunção por parte dos Governos do compromisso concreto de reduzir os gastos excessivos ou inúteis o pensamento, no caso, se dirige às despesas militares e de garantir que os auxílios cheguem efectivamente às populações necessitadas .

Um segundo problema candente é o da *droga*: é triste e tragicamente conhecida por todos a sua relação com a violência e o crime. Como é sabido também que, nalgumas regiões do mundo, sob a pressão dos traficantes, são precisamente as populações mais pobres que cultivam plantas para a produção da droga. Os grandes lucros prometidos que, de resto, representam somente uma mínima parte das entradas derivadas de tais cultivos constituem uma tentação a que dificilmente conseguem renunciar os que obtêm uma rendimento decididamente insuficiente do seu trabalho tradicional. Portanto, a primeira coisa a fazer para ajudar os cultivadores a superar um tal estado, é oferecer-lhes meios adequados para sair da sua pobreza.

Um outro problema nasce das situações de grave dificuldade económica existentes em alguns países. Estas estimulam *maciças correntes migratórias* para países mais privilegiados, onde, por sua vez, surgem depois tensões que abalam o tecido social. Para fazer frente a estas reacções de violência xenófoba, mais do que recorrer a medidas provisórias de emergência, interessa incidir sobre as causas, promovendo, mediante novas formas de solidariedade entre as nações, o progresso e o desenvolvimento nos países de origem dos fluxos migratórios.

Ameaça subtil, mas real à paz é, pois, a *miséria*: esta, aviltando a dignidade do homem, constitui um sério atentado ao valor da vida e atinge no seu âmago o progresso pacífico da sociedade.

Pobreza como fruto do conflito

4. Nos últimos anos, temos assistido, em quase todos os continentes, a guerras locais e conflitos internos de incrível ferocidade. A violência étnica, tribal e racial destruiu vidas humanas, dividiu comunidades que no passado conviviam

serenamente, semeou lutos e sentimentos de ódio. O recurso à violência, de facto, exaspera as tensões existentes e cria outras novas. *A guerra nada resolve; pelo contrário, tudo fica seriamente comprometido com a guerra.* Frutos deste flagelo são o sofrimento e a morte de inúmeras pessoas, o esfacelamento das relações humanas e a irreparável perda de imensos patrimónios artísticos e ambientais. A guerra agrava os sofrimentos dos pobres; mais, cria novos pobres, destruindo os meios de sobrevivência, casas, propriedades, e atingindo o próprio tecido do meio ambiente. Os jovens vêem quebrantar-se as suas esperanças de futuro e, com frequência, passam de vítimas a protagonistas irresponsáveis dos conflitos. Mulheres, crianças, velhos, doentes, feridos são obrigados a fugir, encontrando-se na condição de refugiados, que nada possuem a não ser o que levam consigo. Inermes, indefesos, procuram refúgio noutros países ou regiões, frequentemente tão pobres e conturbados como o seu.

Mesmo reconhecendo que as organizações internacionais e humanitárias estão fazendo muito para ir ao encontro do trágico destino das vítimas da violência, sinto o dever de *exortar todas as pessoas de boa vontade a intensificar os esforços.* Em alguns casos, de facto, a sorte dos refugiados depende unicamente da generosidade das populações que os acolhem, populações igualmente pobres, senão mais pobres do que eles. Somente com o interesse e a colaboração da comunidade internacional, é que será possível encontrar soluções satisfatórias.

Depois de tantos e inúteis massacres, é de importância fundamental reconhecer, de uma vez por todas, que *a guerra nunca serve ao bem da comunidade humana*, que a violência destrói e nunca edifica, que as feridas por ela provocadas permanecem sangrando ainda por muito tempo, que, enfim, com os conflitos se agravam as já tristes condições dos pobres e se criam novas formas de pobreza. Está diante dos olhos da opinião pública mundial o espectáculo desolador das misérias causadas pelas guerras. As estarrecedoras imagens, difundidas ainda há pouco pelos meios de comunicação social, sejam pelo menos de eficaz advertência a todos indivíduos, sociedades, estados, e lembrem a cada qual que o dinheiro não deve ser utilizado para a guerra, nem destinado para destruir ou matar, mas para defender a dignidade do homem, para melhorar a vida e para construir uma sociedade autenticamente aberta, livre e solidária.

Espírito de pobreza como fonte de paz

5. Nos países industrializados, as pessoas aparecem hoje dominadas pela corrida frenética à posse de bens materiais. A sociedade de consumo põe ainda mais em evidência o desnível que separa os ricos dos pobres, e com a procura ansiosa do bem-estar arriscam-se a ficar cegos diante das necessidades dos outros. Para promover o bem-estar social, cultural, espiritual e mesmo económico de cada membro da sociedade, é pois indispensável cercear o consumo descontrolado de bens terrenos e conter o incitamento a necessidades artificiais. *A moderação e a simplicidade devem-se tornar os critérios da nossa vida diária.* A quantidade de bens, consumidos por uma parcela pequeníssima da população mundial, produz uma procura excessiva relativamente aos recursos disponíveis. A redução da procura constitui um primeiro passo para aliviar a pobreza, se a ela se somarem esforços eficazes para garantir uma justa distribuição da riqueza mundial.

A este respeito, o Evangelho convida os crentes a não amontoar bens deste mundo passageiro: « não acumuleis tesouros na terra, onde a ferrugem e a traça os consomem, e onde os ladrões furam e roubam; acumulai, antes, tesouros no céu » (Mt 6, 19-20). Isto constitui um dever incluído na vocação cristã, da mesma forma que o de trabalhar por debelar a pobreza; é também um meio muito eficaz para o êxito desta empresa.

A pobreza evangélica é muita distinta daquela económica e social. Enquanto esta tem características cruéis e amiúde dramáticas, sendo padecida como uma violência, a pobreza evangélica é livremente escolhida pela pessoa que pretende assim corresponder à advertência de Cristo : « Qualquer de vós que não renuncia a tudo o que possui, não pode ser meu discípulo » (Lc 14, 33) .

Esta pobreza evangélica constitui uma fonte de paz, porque graças a ela a pessoa pode criar uma justa relação *com Deus, com os outros e com a criação*. A vida de quem se põe nesta óptica torna-se, assim, testemunha da absoluta dependência da humanidade face a Deus que ama todas as criaturas, e os bens materiais acabam por ser reconhecidos por aquilo que são: *um dom de Deus para o bem de todos*.

A pobreza evangélica é uma realidade que transforma os que a acolhem. Eles não podem permanecer indiferentes diante do sofrimento dos indigentes; pelo contrário, sentem-se impelidos a partilhar activamente com Deus o amor preferencial por eles (Cf. Enc. *Sollicitudo rei socialis*, n. 42). Estes pobres segundo o Evangelho, estão prontos a sacrificar os seus bens e a si próprios, a fim de que outros possam viver. O seu único desejo é viver em paz com todos, oferecendo aos outros o dom da paz de Jesus (Cf. *Jo* 14, 27).

O Divino Mestre, com a sua vida e as suas palavras, nos ensinou as exigências típicas desta pobreza que predispõe para a verdadeira liberdade. Ele « que era de condição divina, não reivindicou o direito de ser equiparado a Deus, mas despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo » (*Fil* 2, 6-7). Nasceu na pobreza; criança ainda, foi obrigado a partir para o exílio com a sua família para escapar à ferocidade de Herodes; viveu como alguém que « não tem onde reclinar a cabeça » (*Mt* 8, 20). Foi difamado como um « glutão e bebedor, amigo de publicanos e pecadores » (*Mt* 11, 19) e padeceu a morte reservada aos criminosos. Chamou bem-aventurados os pobres, assegurando que deles é o Reino de Deus (Cf . *Lc* 6, 20) . Lembrou aos ricos que o engano da riqueza sufoca a Palavra (Cf. *Mt* 13, 22), e que é difícil para eles entrar no Reino de Deus (Cf . *Mc* 10, 25) .

O exemplo de Cristo, não menos do que a Sua palavra, é norma para os cristãos. Nós sabemos que, no dia do juízo universal, todos sem distinção seremos julgados sobre o nosso amor concreto pelos irmãos. Mas, será no amor realmente exercido que muitos, naquele dia, descobrirão ter, de facto, encontrado Cristo, mesmo não O tendo conhecido antes explicitamente (Cf. *Mt* 25, 35-37).

« Se queres a paz, vai ao encontro dos pobres! ». Possam os ricos e os pobres reconhecerem-se irmãos e irmãs pela partilha dos seus bens, como filhos de um só Deus que a todos ama, que quer o bem de todos, que oferece a todos o dom da paz !

Vaticano, 8 de Dezembro do ano 1992.

IOANNES PAULUS PP. II